

**MANIFESTO DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ EM DEFESA DA  
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E PELA REVOGAÇÃO DO EDITAL N.º  
47/2020 – GS/SEED**

Os Povos Indígenas do Estado do Paraná repudiam as ações que a Secretário de Estado da Educação e do Esporte do governo do estado do Paraná, Renato Feder, vem fazendo em desrespeito às leis que asseguram o direito à consulta, livre, prévia e amplamente informada às comunidades escolares e as lideranças indígenas. Estão sendo violados direitos duramente conquistados ao longo de anos de luta por uma Educação Escolar Indígena diferenciada e de qualidade e pela autonomia de nossas comunidades em decidir qual tipo de educação nós queremos. Qualquer atitude que viole os direitos dos Povos Indígenas que signifique um retrocesso nas conquistas e reconhecimento constitucional e nas demais legislações como a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas e Convenção 169 da OIT, será repudiada e rechaçada por nossos povos.

Nesta ocasião nos referimos ao Edital nº. 47/2020, publicado pela Secretaria da Educação e do Esporte do governo do estado do Paraná, que torna “pública a realização de Processo Seletivo Simplificado (PSS), visando à contratação temporária para o exercício das funções de Professor e de Professor Pedagogo”. Trata-se de um processo que implica em profundas alterações para a educação escolar indígena, sem a prévia oitiva das comunidades indígenas afetadas, conforme garante a Convenção 169 da OIT. As alterações propostas provocam restrições de participação e trarão diversos transtornos na atuação dos profissionais indígenas da educação com consequências diretas para toda comunidade escolar, comprometendo a política educacional diferenciada. O referido edital representa risco de graves impactos negativos na vida cultural e social das comunidades indígenas deste Estado. Clamamos que toda política pública que afete nossos povos deve respeitar as especificidades e diversidades das populações indígenas.

É fundamental que o governo do estado do Paraná reconheça a presença indígena no Estado e suas profundas diversidades e particularidades culturais,

suas organizações sociais e suas territorialidades, devendo, portanto, assegurar todos os direitos, em qualquer ato, que envolva questões sobre as vidas de nossos povos. Denunciamos que o Edital tramitou sem nenhuma consulta, discussão ou troca de informações com os principais interessados e envolvidos, que são as comunidades indígenas onde a educação escolar indígena diferenciada é aplicada, com isso o Governo violou princípios dos direitos que asseguram que os Povos Indígenas devem ser consultados previamente, dando aos mesmos a oportunidade de discutirem amplamente sobre seus futuros no que o Estado apresenta nas suas demandas político administrativo.

Por muitos anos o Estado agiu de forma colonialista e intervencionista na educação e na escola nos territórios indígenas reprimindo e proibindo as maneiras próprias da vivência indígena, na tentativa de "integrar" o índio na sociedade. Com muita resistência superamos essa fase de opressão contra nossas línguas, contra nossas culturas, contra nossa fé, contra nossa maneira própria de saber, ensinar e aprender. Na caminhada para combater esse tipo de violência institucional muitas experiências de descolonização da escola e da educação foram construídas. Não respeitar esse processo histórico significa impor o sistema colonizador e integracionista nas comunidades indígenas. Destacamos que ao longo da história diversos educadores, pesquisadores e outros profissionais em conjunto com as lideranças indígenas da educação escolar e lideranças tradicionais se empenharam por muitos anos para construir uma política educacional que respeite e aceite as formas diferenciadas de ensinar e aprender dos Povos Indígenas. Temos ciência de que o Estado não deseja reconhecer, de fato, essas especificidades, mas não admitimos que os passos importantes e positivos que já foram dados sejam ignorados, não admitimos retrocessos nas nossas conquistas.

Portanto, nos manifestamos para fazer valer todos os direitos conquistados a começar pela obrigação constitucional do Estado de consultar os Povos Indígenas sobre o que fazer, como fazer e quando fazer as ações que diz a seu respeito. Nosso anseio é de avançar objetivando potencializar cada vez mais a educação diferenciada com qualidade, e isso nossas comunidades escolares e suas lideranças sabem propor e fazer, mas é necessário respeitar as autonomias.

Vale ressaltar também que os territórios dos Povos Indígenas estão em situação de vulnerabilidade por conta de projetos e obras ligadas ao neodesenvolvimentismo. Muitos enfrentam constantes ataques físicos e psicológicos devido seu jeito próprio de viver.

No Paraná essa situação tem fortes agravantes em alguns locais específicos como na região Oeste. São muitos casos de racismo e discriminação contra os indígenas e sem que providências judiciais fossem tomadas contra esses crimes. No entanto, ao invés de avançar para a concretização dos direitos garantidos, o Estado pretende implantar escolas civis militares, fato que nos preocupa, porque esse modelo de educação está na contramão de nossas práticas. É de notório saber que a maioria das escolas indígenas ofertam o ensino inicial, (educação infantil, anos iniciais do fundamental) boa parte até os anos finais do fundamental, e além destes, algumas aldeias já conquistaram o direito a inclusão do ensino médio em sua comunidade. A comunidade escolar e os estudantes sentem-se inseguros da manutenção, já que muitas mudanças e perda de direitos estão acontecendo, pois os jovens indígenas serão obrigados a irem pra cidade na tentativa de continuarem seus estudos e, é neste momento que sofrem grandes impactos culturais mesmo que o ambiente escolar não tolere formas de segregação e preconceitos. O ambiente escolar fora da aldeia não está preparado para lidar com a diferença cultural e o estudante indígena se sentira oprimido e abandonara os estudos, ou até mesmo se desvinculara culturalmente de sua comunidade e povo. Por isso, a bandeira de luta, levantada pelo movimento indígena do Paraná, é com o intuito de ampliar a oferta de ensino até o médio, em todas Terras Indígenas paranaenses.

Dessa forma IMPUGNAMOS O PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº. 47/2020, por ser construído sem ampla discussão o que inviabilizou que as nossas comunidades pudessem aportar questões que possam fortalecer a política educacional e também questões que, presentes no edital, causam grandes prejuízos socioculturais e de obstáculos à participação efetiva de candidatos indígenas.

Por fim, repudiamos, e não aceitaremos, por razões históricas, que nossos jovens sofram novamente em escolas que tratem seus estudantes

intervencionismo militar, alteração que, igualmente fere os mesmos princípios e direitos invocados nesta carta/manifesto.

Solicitamos ao Ministério Público Federal e do Estado do Paraná, à Defensoria Pública da União e do Estado do Paraná, bem como à Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná, que recebam essa carta manifesto com a finalidade de que se tomem as medidas legais pertinentes para suspender todas as medidas aqui denunciadas até que seja possibilitado o cumprimento integral do direito à consulta livre, prévia e informada das comunidades indígenas e o direito a uma educação verdadeiramente diferenciada.

A Educação Escolar Indígena deve ser respeitada e não pode retroceder, deve ser fortalecida!

**Assinam o Manifesto dos Povos Indígenas do Paraná em defesa da Educação Escolar Indígena e pela revogação do edital n.º 47/2020 – GS/SEED:**

- 01 Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul ARPINSUL -
- 02 Associação Socio Ambiental Indígena Kaingang Guarani - ASAIKG
- 03 Comissão de Articulação dos Direitos das Escolas Indígenas do Norte do Paraná CADEINP -
- 04 Terra Indígena Pinhalzinho
- 05 APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- 06 Associação indígena TEKOKHA GUARANI GUAÍRA
- 07 Terra Indígena Apucarantina
- 08 Terra Indígena Mangueirinha
- 09 Terra Indígena Ywy Porã – Abatiá/PR
- 10 CIMI equipe PR
- 11 Prof(a) Maria Eloa Gehlen UFFS - Laranjeiras do Sul
- 12 Povo Xeta - São Jerônimo
- 13 Associação dos Universitários Indígenas da UEM ( AUIND)

- 14 Prof(a) Rosângela Celia Faustino - UEM
- 15 Terra Indígena Toldo Boa Vista
- 16 Associação dos Acadêmicos Indígenas da UNICENTRO (ACIND)
- 17 Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI)
- 18 Terra Indígena Barão de Antonina
- 19 Terra Indígena Ivaí
- 20 Prof. Carlos Frederico Branco - Ms. UTFPR
- 21 Central Sindical e Popular CONLUTAS - SC
- 22 Prof. Neimar Machado de Sousa (FAIND/UFGD)
- 23 Prof(a) Keli Regina Caxias Popó- Laklãnõ/Xokleng- gestora E.I.E.B.Laklãnõ
- 24 Prof(a) Beatriz Vera ( E.E SANTIAGO BENITES- Extensão Aldeia Pirajuí, E.M. ADRIANO PIRES)
- 25 Prof(a) Delmira de Almeida Peres Pedagoga da Escola Estadual Indígena (Arandu Renda) da Aldeia Aty Miri - Itaipulândia
- 26 Prof(a) Adriana Silva Oliveira - Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR Paranavaí
- 27 Forum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas - FOREEIA
- 28 Prof. Fabio Conscianza \_ Kaiowa - Aldeia Panambizinho - MS
- 29 Prof. Winurru Surui, Povo Aikewara Aldeia Sororo.
- 30 Prof. Ademir da Silva Fidencio - vereador de São Jerônimo da Serra
- 31 Prof(a) Maria Margarete Noronha Valentim Departamento indígena de Sapezal MT
- 32 Prof(a) Teodora de Souza. FOREEIMS
- 33 Prof(a) Edite da Silva Andrade - Organização dos Professores Indígenas de Roraima - OPIRR
- 34 Prof. Sinvaldo Oliveira Saraiva Karajá - técnico pedagógico da SEDUC-GO
- 35 Prof. Patrick Leandro Baptista doutorando em antropologia pelo PPGAA-UFPR
- 36 Prof(a) Vanderlúcia da Silva Ponte - GEIPAM/UFPA-CAMPUS BRAGANÇA.
- 37 Tekoha Y'hovy Guaíra
- 38 Terra Indígena de Palmas
- 39 Associação Tekoa Pinhalzinho
- 40 Prof(a) Andrea Cristina Almeida

- 41 Prof(a) Adriane Melo de Castro Menezes (Insikiran-UFRR)
- 42 Deputado Federal Aliel Machado do PR
- 43 TEKOKHA GUASSU GUAVIRA- GUAÍRA E TERRA ROXA
- 44 Terra Indígena Faxinal
- 45 Prof(a) Maria Christine Berdusco Menezes - UEM
- 46 Prof(a) Irismar dos Santos- Guarani - Mestranda - Formadora IES. Ação Saberes Indígena na Escola. UEM
- 47 Terra Indígena Laranjinha
- 48 Frente Amazônico em Defesa dos Direitos Indígenas-FAMDDI
- 49 Movimento da EEI - Professores indígenas de MT.
- 50 Prof. Francisco Vanderlei Ferreira da Costa (COLINTER/IFBA)
- 51 OPARA UNEB: Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação.
- 52 Prof(a) Floriza Maria Sena Fernandes - LICEEI UNEB/BA
- 53 Central Única dos Trabalhadores - CUT
- 54 Dra. Eunice Dias de Paula , Cimi MT.
- 55 Prof. Paulo C. R. Ramon - Universidade Estadual de Maringá
- 56 Prof. Daniel Valerio Martins (Instituto de Iberoamérica da Universidade de Salamanca -Espanha)
- 57 Prof(a) Maria Christine Berdusco Menezes - UEM
- 58 Prof(a) Ana Paula Diniz (NEPEPAM/UFAM)
- 59 Grupo Cultural Kwaray Tsape - Guarani Nhandewa
- 60 Prof. Félix Rondon Adugoenau - pesquisador rede de Saberes Indígenas na Escola - UFMT, Cuiabá - MT.
- 61 Prof(a) Leticia Fraga, Uepg
- 62 Prof. Wagner Roberto do Amaral – UEL
- 63 Prof(as) Elizandra Fygsanh Freitas , Suzi Gakoj Tomaz, Viviane Kellen Vygte Barão, Jocelene Fyga Tomaz - Terra Indígena Rio das Cobras
- 64 Prof(a) Ineide Izidório Messias- Povo Macuxi . Boa Vista- Roraima
- 65 Eduardo Maiawai - Gestor EEIEBASICA-ATURUA - MT
- 66 Prof(a) Arieli Gonsalves dos Santos Knop-Pós graduanda e Formadora da Ação Saberes Indígenas na Escola (UEM)
- 67 Licenciatura em Geografia do Setor Litoral da UFPR

- 68 Prof(a) Ana Hammel-UFFS Iaranjeiras do Sul
- 69 Terra Indígena Marrecas
- 70 Susana Grillo Guimarães. Educadora e indigenista
- 71 Professores Tupinikim e Guarani do ES
- 72 Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo
- 73 Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural-ASSESOAR
- 74 Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística-IPOL
- 75 Aldeia Tekoha Marangatu de Guaíra PR
- 76 Prof(a). Isabel Cristina Rodrigues – Uem
- 77 Aldeia Indígenas Guata Porã – Guaíra/PR
- 78 Aldeia Araguaju - Terra Roxa
- 79 Tekoha Yvyoporã - Terra Roxa
- 80 Aldeia Tadjy Poty - Terra Roxa
- 81 Ivana Mendonça Benites- Vice Cacique da aldeia Tekoha y Hovy
- 82 Jocelino da Silveira Quiezza, Liderança e Educador indígena Tupinikim – ES
- 83 Xisto Tserenhi ru Tserenhimi Rami - Coordenador do Fórum de Educação Escolar Indígena Xavante
- 84 Observatório da Temática Indígena na América Latina (OBIAL/Unila)
- 85 Edineia Tavares Lopes – UFS
- 86 Conselho Indígena do Norte do Paraná
- 87 Guilherme Jorge - liderança e Cacique Guarani Nelson Vargas - Terra indígena São Jerônimo